

EJA: UMA ANÁLISE SOBRE A SUA RELEVÂNCIA E O IMPACTO DO PROGRAMA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

**CARVALHO DE SOUZA, Brenda¹
TORRENTES, José Vinícius²**

RESUMO:

Este artigo é uma reflexão do ensino da Educação de Jovens e Adultos e seus impactos na educação. Essa Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu no ano de 1997. Essa modalidade é assegurada pela Constituição Federal de 1988, garantindo o direito à educação para todos, incluindo aqueles que deixaram de estudar na idade regular escolar. Paulo Freire foi um dos pioneiros da EJA que defende a “educação libertadora” — baseia-se no diálogo, na reflexão e no questionamento. A EJA atende o público com perfil variado, por esse motivo precisa se acostumar e ter maleabilidade; assim, ela deve, também, estar associada ao cotidiano do aluno, ao trabalho e à prática social, o ser e estar no mundo. O objetivo principal da modalidade é formar cidadãos capazes de exercer suas funções na sociedade; com a intenção de formar sujeitos críticos, democráticos, interativos, e autônomos e que conheçam seus direitos e deveres. Para que consiga alcançar resultados positivos, através da EJA, é preciso que a educação seja com equidade e qualidade, para que proporcione uma transformação nas vidas dos alunos. A importância dessa educação vai além da circunstância educacional tradicional, estendendo seu impacto a diversos aspectos das vidas individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Obstáculos, Perfil, Políticas, EJA

EJA: AN ANALYSIS OF ITS RELEVANCE AND THE PROGRAM'S IMPACT ON BRAZILIAN SOCIETY

ABSTRACT:

This article was developed during the Pedagogy undergraduate program and takes its starting point in Adult and Youth Education (AYE): a reflection on its purpose. Adult and Youth Education (AYE) emerged in the year 1997. This modality is guaranteed by the Federal Constitution of 1988, ensuring the right to education for all, including those who ceased studying during the regular school age. Paulo Freire was one of the pioneers of AYE, advocating for "liberating education" - based on dialogue, reflection, and questioning. AYE serves a diverse audience, and therefore, it needs to be adaptable and flexible; thus, it should also be associated with the student's daily life, work, and social practice, being in and engaging with the world. The main goal of this modality is to form citizens capable of fulfilling their roles in society; aiming to develop critical, democratic, interactive, and autonomous individuals who understand their rights and responsibilities. In order to achieve positive outcomes through AYE, education must be equitable and of high quality, enabling transformative changes in students' lives. The importance of AYE goes beyond the traditional educational circumstances, extending its impact to various aspects of individual lives.

KEYWORDS: Obstacles, Profile, Policies, EJA

¹Acadêmica do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz, bcsouza5@minha.fag.edu.com.

²Doutorando em Educação pela Unioeste, jtorrentes@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Com o propósito de abordar e promover uma perspectiva reflexiva sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto das políticas públicas de Educação, emerge a intenção não apenas de contemplar a análise dessa modalidade educacional, que por si só possui um cenário notavelmente singular e específico, como dois pontos também emergem como foco quando se trata da EJA: a diversidade do público atendido, abrangendo jovens, adultos e idosos; e os desafios significativos que eles enfrentam.

Esses aspectos confrontam a Educação com um desafio substancial, e aprofundar o entendimento em relação a esse objeto de estudo revelou-se um fator crucial para a seleção do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso. Por fim, qual é a importância e o impacto dessa educação na sociedade brasileira?

A iniciativa de alargar o âmbito da discussão em relação à Educação de Jovens e Adultos originou-se a partir da imersão na EJA durante a realização dos estágios no decorrer do curso de Pedagogia. Adquirir um entendimento profundo sobre o perfil daqueles que enfrentam desafios no contexto da educação referida, torna-se crucial para estimulá-los, fomentando uma maior empatia em relação àqueles que buscam redefinir suas trajetórias de vida.

Com efeito, a ausência de recursos e infraestrutura adequada nas instalações escolares, a falta de engajamento dos professores em relação à realidade dos alunos e as limitações financeiras, todos esses fatores contribuem para que os jovens não consigam concluir seu percurso educativo mínimo. No que concerne aos adultos e idosos que frequentam a EJA, muitas vezes, são indivíduos que não tiveram a oportunidade ou os meios financeiros para prosseguir com seus estudos.

Nesse sentido, do ponto de vista econômico, esses estudantes que abandonaram a escola acabam por agravar as taxas de desemprego e são mais propensos a ocupar posições de trabalho desqualificadas, resultando em remunerações extremamente reduzidas. Isso, por sua vez, acarreta dificuldades em termos de bem-estar familiar e integração social.

Ao buscar aprofundar a compreensão sobre o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos e os desafios que enfrentam, torna-se imperativo analisar as razões que levaram esses alunos a abandonar a escola durante a idade regular. É crucial ampliar o debate acerca das adversidades que moldaram suas trajetórias ao

longo da vida, a fim de reconhecer a importância e a necessidade da EJA como ferramenta para a reintegração desses indivíduos na sociedade. Diante disso, o processo de alfabetização é um passo fundamental para o acesso ao Ensino Superior, e conseqüentemente, para melhores oportunidades de emprego, uma possível ascensão social e estabilidade econômica. Portanto, é evidente a necessidade de aprofundar as discussões em torno de tal educação, dada sua relevância na sociedade e seu impacto na vida da população brasileira.

A hipótese subjacente a este Trabalho de Conclusão de Curso é que a Educação de Jovens e Adultos é de extrema importância e relevância para a sociedade brasileira. Com base na pesquisa bibliográfica realizada, o objetivo é identificar os principais elementos que influenciaram a trajetória escolar dos educandos e compreender o que torna esse programa de educação de extrema importância. Este estudo tem como propósito central suscitar uma reflexão sobre a EJA, focalizando o perfil dos estudantes e os obstáculos que eles enfrentam.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo congrega a pesquisa acerca do tema escolhido, sendo este: **EJA: uma análise sobre a sua relevância e o impacto do programa na sociedade brasileira**. A proposta foi organizar materiais relevantes para leitura e pesquisa, a fim de ter o embasamento teórico necessário para aprofundar-se e desenvolver uma abordagem crítico-reflexiva sobre o abandono escolar e os demais obstáculos enfrentados pelos estudantes da EJA. Nesse sentido, embora inúmeras discussões já tenham sido realizadas, considera-se a necessidade de novas provocações para que haja novos desdobramentos e, assim, tentar avançar no combate da evasão escolar.

É importante salientar a importância de uma concepção histórico-discursiva na abordagem escolhida para o desenvolvimento e aprofundamento das leituras dos materiais escolhidos, considerando a subjetividade e o perfil dos professores e alunos que estão envolvidos nesse processo de formação.

Com os estudos que analisam de forma geral a escola, entende-se que se trata de uma questão recorrente à ênfase que os educandos e comunidade escolar vêm dado ao fato de que ela segue em um modelo arcaico: autoritária, não atrativa, insuficiente, despreparada e com ausência de motivação por parte dos educadores. Por muitas vezes, infelizmente, esses problemas vêm sendo ignorados pelas autoridades e a responsabilização da falta de interesse do aluno, ficando apenas com ele. O que torna o problema maior ainda, afinal, a falta de sucesso do aluno é da

responsabilidade de todos, e ao negligenciá-lo, acaba-se ajudando no processo em que o mesmo se sente uma parte estranha da escola, um corpo estranho, contribuindo, assim, com a sua desmoralização e desmotivação.

Ao realizar uma análise correspondente aos alunos, destaca-se, além do desinteresse, que é muitas vezes causado pelo fator escola, onde o aluno não se sente parte integrante dela e por isso não se interessa em estar naquele espaço, o fator indisciplina, que muitas vezes é o motivador dos conflitos entre aluno x educador; aluno x coordenação/direção escolar e aluno x aluno, sendo que os educandos podem se incomodar com o comportamento dos colegas e tomar a frente em conflitos que acabam se agravando desnecessariamente. E existe, também, a situação de que muitos desses estudantes acabam desenvolvendo problemas de saúde devido ao fato de terem iniciado de forma precoce no mercado de trabalho.

Ao se tratar da EJA, torna-se extremamente necessário trazer para o debate a questão social, afinal, se essas pessoas estão retornando para completar seu ciclo educacional após a idade regular, muito se deve a esse motivo. Fatores já citados anteriormente, como a violência que gera agressões entre os alunos e equipe pedagógica, vem ganhando força nos últimos anos, além da carga horária de trabalho que é incompatível com os horários de aula, mostra que não existe dúvidas quanto ao afirmar que o contexto social atual interfere no sucesso escolar desses indivíduos, afinal, promovem o desencorajamento.

Em face desses três fatores que foram mencionados como foco do debate, um não compete com a existência do outro e não é exclusivo, fazendo com que, assim, o abandono se dê em razão de vários fatores somatórios, e não de um ou outro, de forma específica. Sendo assim, faz-se necessário agir com esforço para detectar o problema e, assim, combatê-lo, sendo a melhor forma de fazer com que esse aluno volte para a sala de aula de forma efetiva.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecida como direito desde os anos 30, ganhou destaque com a campanha de alfabetização nas décadas de 40 e 50, e posteriormente, com os "Movimentos de cultura populares dos anos 60 com a chegada do Mobral, ensino supletivo dos governos militares e a fundação Educar". (HADDAD, 2000, p.111).

De acordo com Di Pierro (2008), entre as décadas de 1950 e 1960, o ensino no Brasil experimentou retrocessos e avanços, resultando em movimentos em prol da educação popular com o intuito de alfabetizar em massa e erradicar o analfabetismo. Contudo, devido à falta de interesse político na modalidade, ela permaneceu à margem do ensino por muitos anos.

Em 1960, o Governo Federal iniciou ações indutoras de políticas educacionais, criando serviços e a Campanha de Educação para Adolescentes e Adultos. Segundo Lourenço (2002), essa campanha foi um recurso significativo para mobilizar a opinião pública e criar infraestrutura nos Estados e Municípios.

A Associação do Ensino Noturno (AEN) e o Departamento de Educação (DE), vinculados ao Distrito Federal, juntamente com o Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos, foram responsáveis pela primeira Campanha Nacional voltada para essa modalidade. O objetivo era investir na educação como solução para o analfabetismo. Essa abordagem reflete a concepção de que ensinar jovens e adultos seria mais fácil, rápido e simples do que ensinar crianças. (SOARES, 1996, p.30).

Em 1963, o Ministério da Educação encerrou a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA) e, em 1947, Paulo Freire foi encarregado de elaborar um Programa Nacional de Alfabetização (PNA). No entanto, as críticas de Freire em relação à superficialidade dos programas, inadequação do método e diversidade regional levaram ao arquivamento da proposta.

Movimentos em prol da EJA, embora contribuam para o desenvolvimento do país, mostraram que os objetivos de ensino não foram totalmente alcançados. Por volta de 1970, o Programa de Alfabetização surgiu como uma alternativa ao trabalho, dirigindo benefícios educacionais externos e métodos pedagógicos para uso educacional. (HADDAD, 2000, p.114).

A Lei nº 5.692/71 (BRASIL,1971), conhecida como Ensino Supletivo, estabeleceu um paralelismo com o aparelho ideológico de ensino, substituindo exames por cursos. Em 1974, os Centros de Estudos Supletivos (CES) foram instituídos para caracterizar a modalidade, garantindo rapidez na instalação, custo eficiente e aplicação de metodologias apropriadas. Essa abordagem dividiu-se entre o MOBRAL, com ênfase na alfabetização, e o supletivo, atendendo os excluídos do Ensino Fundamental e Médio.

Durante os anos 80, a abertura política permitiu a autonomia do MOBRAL, dividindo as turmas entre alfabetização e pós-alfabetização. Entretanto, em 1985, próximo ao fim da Nova República, o MOBRAL foi extinto e substituído pela Fundação EDUCAR, que tinha objetivos mais democráticos, embora com investimento financeiro limitado.

O Decreto nº 97.219/88, revogado pelo Decreto nº 99.519/90 (BRASIL, 1990), favoreceu a criação da Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização e Cidadania (CNAIA), coordenada por Paulo Freire e, posteriormente, por José Eustáquio Romão. Essa comissão, responsável por coordenar atividades preparatórias para o Ano Internacional de Alfabetização, refletiu sobre a importância da modalidade.

Em agosto de 1994, a Conferência Nacional de Educação para Todos resultou em dois documentos: o Acordo Nacional e o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação Básica (HADDAD, 2000). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2015) incluiu a EJA na educação básica, atuando na formação de jovens e adultos sem acesso e/ou sucesso no Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio na faixa etária apropriada.

O Parecer 11/2000 e a Resolução 1/2000 (BRASIL, 2000) introduziram inovações, estabelecendo Diretrizes Curriculares Nacionais para regulamentar aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como a idade mínima para ingresso (15 anos no Ensino Fundamental e 17 anos no Ensino Médio). A Lei 10.172/2001 (BRASIL, 2001), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), definiu metas prioritárias na área educacional a serem alcançadas até 2024, incluindo a elevação da taxa de alfabetização, erradicação do analfabetismo absoluto e redução do analfabetismo funcional.

As metas delineadas no Plano Nacional de Educação visam melhorar a EJA, com estratégias para atender às necessidades populacionais e reduzir o analfabetismo. O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000), focou na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais, proporcionando uma abordagem prática para a modalidade. Por fim, a Resolução CNE/CEB nº 3/2010 (BRASIL, 2010) institui Diretrizes Operacionais relacionadas à duração dos cursos, idade mínima para ingresso, certificação nos exames e o desenvolvimento por meio da Educação a Distância. O desafio do adulto analfabeto diante de uma

sociedade letrada é acentuado, exigindo, no mínimo, competências para enfrentar a tecnologia da comunicação. Caso contrário, esses indivíduos se tornam vítimas de um sistema excludente projetado para poucos. (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

2.1 OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELOS ALUNOS DA EJA

No decorrer da trajetória escolar dos alunos da EJA, por uma busca de ensino com qualidade, surgem obstáculos como por exemplo, a diversidade cultural, a diferença de idade entre os alunos, que acaba dificultando as boas relações, a falta de conhecimento digital, o cansaço, a formação profissional para os profissionais atuarem na EJA, pouco tempo para dedicação aos estudos, metodologias utilizadas, que acabam dificultando o aprendizado. Ou seja, a escola precisa estar de acordo com a realidade social dos alunos para trabalhar conhecimentos significativos na aprendizagem dos mesmos, sempre estando ao alcance do público alvo da EJA.

A organização escolar pode contribuir de diferentes formas para o insucesso dos alunos. Frequentemente essa dimensão do problema não é levada em consideração. Muitas vezes, a falta de recursos didáticos e a estrutura do ambiente escolar na comunidade não são assumidos por aqueles que são responsáveis, o que leva ao fato de que alguns alunos se sintam abandonados, contribuindo para a sua desagregação, provocando a desmotivação na trajetória escolar.

No dia a dia escolar, os alunos da EJA enfrentam diversos desafios em sua busca por um ensino de qualidade. Esses desafios incluem a diversidade cultural, a diferença de idades entre os estudantes, que por vezes dificulta o estabelecimento de boas relações, a superação do analfabetismo digital, o cansaço devido às responsabilidades diárias, a necessidade de formação profissional específica para atuar na EJA, a restrição de tempo para dedicar aos estudos e as metodologias frequentemente inadequadas, que acabam por dificultar o processo de aprendizado.

Conforme destacado por Freire (2000), a aprendizagem desempenha um papel fundamental ao proporcionar oportunidades expressivas e individuais, integrando-se a um projeto amplo repleto de possibilidades. Nessa perspectiva, para promover a continuidade desse projeto de aprendizagem, a escola precisa estabelecer metas alinhadas à realidade vivencial dos alunos, trabalhando com

conteúdo significativos fundamentados em temas relacionados à realidade social, como desemprego, saúde, economia, trabalho, política, entre outros.

Outro desafio a ser enfrentado diz respeito às disciplinas abordadas na modalidade EJA, que frequentemente restringem à leitura, à escrita e a operações matemáticas, entre outras habilidades básicas. A transformação dessa realidade implica que os professores utilizem palavras conhecidas do cotidiano dos alunos, favorecendo o desenvolvimento na alfabetização e na formação da consciência crítica, como defendido por Freire.

No entanto, os alunos trazem consigo um contexto histórico, muitas vezes, marcado por dificuldades decorrentes da falta de estudo, recorrendo à escola em busca de melhorias e para suprir as necessidades intermediadas pelo aprendizado.

2.2 PERFIL DOS ALUNOS DA EJA

São jovens, adultos e idosos que possuem um conhecimento sensível, configurando tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já construídos, e cada um com seus valores éticos e morais. De um modo geral, o perfil dos estudantes da EJA varia bastante e, entre as principais características, é possível destacar: são geralmente mais velhos do que os alunos da Educação Regular, eles podem ter entre 15 e 90 anos, mas a maioria está na faixa etária dos 25 aos 40 anos. Muitos estudantes da EJA têm experiências de vida que diferem daquelas dos alunos da Educação Regular, e eles podem ter enfrentado desafios como desemprego, dificuldades financeiras, problemas de saúde ou familiares, entre outros.

Os estudantes têm uma motivação diferente daquela dos alunos da Educação Regular. Eles geralmente estão buscando uma segunda chance para concluir seus estudos e melhorar suas condições de vida, tanto pessoais quanto profissionais. Os estudantes da EJA podem ser bastante diversos em termos de origem social, cultural e étnica, podendo vir de diferentes regiões do país e ter diferentes níveis de escolaridade, porém, com os mesmos objetivos, que é terminar seus estudos e buscar por oportunidades melhores de condições trabalhistas e qualidade de vida.

As Orientações Curriculares Iniciais para a Educação de Jovens e Adultos, em sua versão preliminar, enfatizam a importância de compreender o perfil dos

alunos como elemento central. Entender o educando da EJA envolve familiaridade com sua história, cultura e tradições, reconhecendo-o como um indivíduo com diversas vivências que, em algum momento, distanciou-se da escola devido a influências sociais, econômicas, políticas ou culturais. (DCEs, 2005, p.33).

Dessa forma, é possível notar que os alunos que procuram a EJA para retomar seus estudos buscam por uma melhor qualidade de vida e melhores empregos, de modo que a escola acaba sendo uma oportunidade que ajuda a alcançar seus objetivos. Os alunos, em sua maioria, são pessoas da classe trabalhadora e que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola no tempo certo, de modo que muitos dos adultos e jovens deixaram de lado os estudos para priorizar o trabalho.

Arroyo (2005) destaca que os participantes da EJA são "jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-racial, do campo e da periferia" (p.22). Portanto, a escola deve funcionar como um espaço de reflexão, promovendo ações que sejam acessíveis aos diversos conhecimentos, respeitando as diversas origens e oferecendo oportunidades variadas de desempenho, de acordo com as habilidades e características individuais.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000), os estudantes da EJA têm um perfil caracterizado por adultos ou jovens adultos, geralmente mais pobres e com defasagem na escolaridade. "Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar" (p. 9). Esses indivíduos, homens e mulheres que trabalham estão desempregados ou marginalizados, enfrentam a falta de oportunidades educacionais adequadas e carregam consigo uma incerteza em relação ao futuro.

Considerando a diversidade sociocultural, alguns nunca frequentaram a escola, enquanto outros tiveram que se afastar quando crianças devido à entrada precoce no mercado de trabalho ou à falta de instituições educacionais, resultando em uma idade avançada para estudar em turnos regulares. Com trajetórias educacionais interrompidas, a EJA torna-se não apenas uma opção, mas também um direito constitucional.

2.3 POLÍTICA PÚBLICA EJA

Conforme diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), no Art. 37, a educação de jovens e adultos visa atender àqueles que não puderam iniciar

ou prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade apropriada, representando um meio para a educação e aprendizado contínuos ao longo da vida.

É caracterizada como Modalidade de Ensino a diversidade do perfil dos educandos, tendo relação à idade, ao nível de escolarização em que o aluno se encontra, à situação socioeconômica e cultural, às ocupações e à motivação pela qual procuram a escola.

Acaba sendo uma política pública para diminuir a evasão dos alunos na escola, na tentativa de diminuição de analfabetismo, ampliando a oferta de estudo e sua permanência, oferecendo direito à escolarização para aqueles que não tiveram no tempo certo.

Segundo Rummert (2007), nas políticas públicas ligeiras, enxerga-se, no Brasil, a modalidade de ensino que constitui a EJA, sendo submetida como direito do cidadão, buscando afastar-se da ideia de uma compensação e se manifestando como reparação e equidade, aprendizagem e qualificação permanentes e não de caráter suplementar, mas fundamental. Nesse ponto de vista, encontra-se um grande flagrante na contradição entre o poder econômico e o enriquecimento sociocultural na tentativa de transformação do trabalhador como possuidor do seu próprio capital humano.

As políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, são desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelos órgãos responsáveis pela educação nos estados e municípios. O MEC tem desenvolvido diversas ações e programas para promover a educação e garantir o acesso e a qualidade da Educação para Jovens e Adultos. Alguns dos principais aspectos das políticas públicas voltadas para a EJA incluem alguns fatores.

Universalização do acesso: tem como objetivo garantir que todos os indivíduos que não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na idade apropriada tenham acesso à EJA - envolve-se a expansão da oferta de vagas em escolas públicas e ações para incentivar a matrícula e a permanência dos estudantes na modalidade.

Qualidade do ensino: as políticas públicas buscam assegurar a qualidade do ensino na EJA, oferecendo formação continuada aos professores e gestores, elaborando materiais didáticos adequados para essa modalidade de ensino e promovendo ações de acompanhamento e avaliação.

Flexibilidade curricular: a EJA reconhece a necessidade de flexibilizar a organização curricular para atender às características e demandas dos estudantes adultos. Isso inclui a valorização dos conhecimentos prévios, de senso comum adquirido ao longo de suas trajetórias e a adaptação dos conteúdos para torná-los mais relevantes e significativos.

Articulação com outros setores: o MEC (Ministério da Educação e Cultura) busca articular as políticas da EJA com outros setores, como o trabalho, a cultura e a assistência social, visando à integração das diferentes dimensões da vida dos estudantes adultos e a promoção da cidadania.

Além desses aspectos, o MEC também desenvolve programas específicos, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Programa Brasil Alfabetizado, que visam atender a demandas específicas da EJA, como a alfabetização de adultos e a qualificação profissional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) proporciona uma reflexão sobre a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras. Os métodos empregados demandam ações imediatas e reflexivas por parte dos professores, exigindo uma atualização constante para atender às necessidades dos alunos. Nesse contexto, é essencial que o professor se torne um pesquisador contínuo, adotando atividades valorativas embasadas em conteúdos contextualizados e significativos, visando despertar o interesse dos educandos pelo aprendizado.

Atualmente, a educação é uma condição participativa na sociedade, e indivíduos que não concluíram seus estudos enfrentam obstáculos ao longo da vida, como limitações salariais e constrangimentos por não saberem ler, entre outros. A Educação de Jovens e Adultos representa um canal de inclusão social que contribui para o desempenho posterior desses indivíduos.

Os desafios enfrentados por aqueles que são iletrados ao longo de suas vidas, muitas vezes, impulsionam-nos a retornar à escola, tornando esse caminho um dos favoráveis à inclusão. No entanto, os alunos frequentemente enfrentam a falta de estímulos, tempo para estudar e outros obstáculos que dificultam seu desenvolvimento. A escola deve proporcionar recursos favoráveis ao desenvolvimento desses alunos como cidadãos críticos e ativos na coletividade.

A aprendizagem da leitura e da escrita não apenas integra as pessoas na malha social, mas também as capacita para ascender a bens culturais, conquistando autonomia por meio do conhecimento.

A urgência da inclusão social recai frequentemente sobre trabalhadores que, amparados pela EJA, possuem pouca ou nenhuma qualificação profissional. Nesse sentido, é função do Estado implementar políticas públicas e educacionais favoráveis à inclusão, oferecendo um ensino de qualidade para essa clientela, com oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Isso deve ser orientado por uma proposta de ensino estruturada na realidade vivencial, proporcionando uma formação contínua aos docentes para que possam refletir sobre as práticas ainda estereotipadas presentes nos ambientes escolares.

A introdução da pedagogia progressista no ensino da EJA propicia a ampliação de uma abordagem pedagógica que valoriza o aluno em sua totalidade, oferecendo atividades significativas para o acesso ao conhecimento científico e envolvendo-o no processo de ensino-aprendizagem para atingir os objetivos educacionais. Além disso, possibilita o desenvolvimento integral dos alunos, fundamentado na aquisição de competências e habilidades que facilitarão sua inserção no mercado de trabalho e participação na sociedade, transformando-os em sujeitos alfabetizados e letrados.

Recomenda-se que as escolas, no cenário atual, desempenhem sua função de maneira eficaz, proporcionando um ensino qualificado e significativo, valorizando os alunos. As peculiaridades e realidades vivenciais desses alunos desafiam a desistência precoce dos estudos ou a dificuldade de aprendizado em prazos convencionais.

Em suma, o exercício do magistério na EJA requer do professor uma formação embasada em princípios teóricos relacionados à prática, ancorada nas relações entre o conteúdo curricular e o aprendizado.

Na visão de Paulo Freire, o educador deveria desempenhar o papel de um facilitador no processo de aprendizado do aluno, rejeitando a tradicional posição de mestre autoritário.

O pedagogo defendia a inexistência de uma hierarquia rígida entre professor e aluno. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", ele argumentava contra a abordagem educacional baseada no depósito de conhecimento, em que os educandos são tratados como receptores e o educador como o depositante. Freire destaca que, nesse

modelo "bancário" de educação, os verdadeiros arquivados eram os próprios seres humanos, pois fora da prática e da busca ativa, não poderiam verdadeiramente se desenvolver. Nessa perspectiva, o professor não se configura como uma figura de autoridade detentora de algo inacessível ao aluno.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flávia Brito de. **A prática alfabetizadora na educação de jovens e adultos: sujeitos e processos**. João Pessoa: UFPB, 2014.

BRASIL. **Lei nº. 9394 de 20 dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 027833, col. 1, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CASCAVEL (PR). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública de Ensino de Cascavel: Ensino de Jovens e Adultos**. Cascavel, PR: SEMED, 2020.

CURITIBA (PR). **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: SEED, 2006.

DANTAS, Tânia Regina; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; OLIVEIRA, Maria Olívia Matos de; ALVES, Érica Valéria. Paulo Freire em diálogo com a educação de jovens e adultos. Salvador: EDUFBA, 2020.

MAGALHÃES, Tânia; GARCIA-REIS, Andreia; FERREIRA, Helena. **Concepção discursiva de linguagem: ensino e formação docente**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná**. Versão Preliminar. Curitiba: SEED – PR, jan. de 2005.

SOUZA, Marta Lima de. **Educação de Jovens e Adultos: Linguagens, Alfabetização e Afetos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

FELICIANO, Creuza Bonono; Ferreira, Denilza Oliveira Costa; Delgado, Omar Carrasco. **O perfil e os desafios enfrentados pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos– EJA.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.